

Projetos sobre desastres vão passar por seleção

Sarney prevê aprovação urgente das MPs sobre assistência a municípios atingidos

OS PROJETOS QUE tratam da prevenção e da redução de impactos de desastres naturais passarão por rigorosa seleção a partir do início dos trabalhos legislativos, na próxima terça-feira, 1º de fevereiro, afirmou o presidente do Senado, José Sarney.

– Vamos selecionar aqueles que realmente importam – disse.

Sarney previu que as duas

medidas provisórias editadas pela presidente Dilma Rousseff para assistir os municípios atingidos devem ser aprovadas com urgência. Uma delas, a MP 523/11, destina R\$ 400 milhões em financiamento para empresas destruídas pelas enchentes na Região Serrana do Rio de Janeiro. A outra, MP 522/11, abriu crédito de R\$ 780 milhões a serem aplicados nas cidades atingidas.



Presidente do Senado diz que serão filtradas as proposições mais importantes

“Criminalizar é preciso!”, defende Alvaro Dias

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu punições severas às autoridades consideradas omissas em relação à ocorrência de desastres naturais com vítimas e prejuízos materiais. Por meio de nota publicada em seu blog (www.blogalvarodias.com) com o título “Tragédias: criminalizar é preciso!”, o senador comentou a reunião realizada na quinta-feira pela Comissão Representativa do Congresso Nacional.

Alvaro Dias diz ter sugerido “como desafio para o Congresso” a elaboração de legislação para criminalizar autoridades responsáveis por episódios como os ocorridos na Região Serrana do Rio de Janeiro. A impunidade leva a novas tragédias, justifica.

Na reunião, o deputado Glauber Braga (PSB-RJ), que é de Nova Friburgo, cidade mais atingida pela tragédia no Rio, discordou da responsabilização de prefeitos e governadores pelas ações não implementadas na área e que poderiam ter evitado a tragédia.

– Não se está tratando de tragédia em que nenhuma medida havia sido tomada – afirmou. O deputado disse ainda que o mapeamento de regiões de risco não evitará tragédias. É preciso modificar o conceito de área de risco, uma vez que regiões tidas até então como seguras têm sofrido com as atividades climáticas intensas, argumentou.

Proposta prevê criação de fundo para calamidades públicas

O Fundo de Atendimento às Situações de Emergência Decorrentes de Calamidades Públicas (Fasec) poderá ser criado por projeto apresentado em 2009 por Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Para o senador, a criação do fundo é uma ação de governo indispensável para as localidades afetadas e, especialmente, as questões relativas a emprego e atividades econômicas merecem atenção.

O PLS 193/09 tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa. O relator, João Vicente Claudino (PTB-PI), apresentou voto favorável. No entanto, com o término da legislatura, a proposta aguarda designação de novo relator.

Pelo projeto, os recursos serão destinados ao atendimento da população atingida por desastres naturais e investidos na recuperação da infraestrutura danificada e dos serviços públicos interrompidos por esses incidentes. Devem ainda contribuir para superar problemas sociais e econômicos resultantes de situações de emergência e calamidade pública.

A gestão de recursos ficará sob a responsabilidade do Conselho Deliberativo do Fasec, com apoio do órgão responsável pela execução da Política Nacional de



Franco da Rocha (SP) é uma das localidades que deverão ser beneficiadas pelo fundo proposto por Inácio Arruda

Defesa Civil. Os projetos a serem custeados serão examinados pelo conselho, a ser formado por representantes do Senado, da Câmara dos Deputados, dos estados e dos municípios e por integrantes de órgãos e entidades do Executivo encarregados das atividades de defesa civil.

A principal fonte de recursos do fundo é formada por transferências asseguradas no Orça-

mento da União, no valor de R\$ 1 bilhão por ano. A partir do segundo ano de vigência, o valor será corrigido pela variação da receita corrente líquida.

Esses recursos não poderão ser contingenciados e, caso não sejam utilizados no exercício financeiro correspondente, permanecerão no fundo e poderão ser utilizados na lei orçamentária e na abertura de créditos

adicionais, em acréscimo ao R\$ 1 bilhão já estabelecido.

Experiência

Segundo Inácio Arruda, a iniciativa “fundamenta-se na experiência bem-sucedida da criação de fundos constitucionais”. Ele considera fundamental a existência de “elementos centrais” que conduzam e executem as políticas públicas em geral.

Importação de equipamento hospitalar poderá ter isenções 2

Senado voltará a debater criação de agrotóxico genérico 2



Intenção de Sérgio Zambiasi é mitigar impacto de redução populacional

Medida atenua perdas financeiras de municípios

Dados do Censo 2010 indicam que 176 municípios reduziram o número de habitantes, o que os levará a receber menos repasses federais calculados com base na população. Antecipando-se ao cálculo dos novos coeficientes – cada cidade tem um, determinado a partir do número de habitantes, que serve de referência para a prefeitura receber recursos do Fundo de Participação dos Municípios –, o senador Sérgio

Zambiasi (PTB-RS) apresentou projeto de lei complementar (PLS 320/10) para amenizar as perdas financeiras.

Zambiasi sugere um redutor progressivo sobre os decréscimos do FPM apurados para cada município com perda populacional. O redutor seria fixado em 10% em 2011 e chegaria a 90% em 2019. A proposta contém ainda uma fórmula de cálculo para o coeficiente individual

desses municípios e determina a aplicação do redutor sobre a diferença positiva entre o coeficiente fixado para 2010 e o calculado para os exercícios subsequentes.

Zambiasi informa que a proposta foi sugerida pela Confederação Nacional de Municípios. Os estados cujas cidades tiveram maior retração populacional foram Bahia (41), São Paulo (26) e Rio Grande do Sul (13).

João Araújo/Senado Federal

Wilson Dias/ABR

Waldemir Barreto/Senado Federal

SEAB/PRANÁ



Para Serys, adoção de genéricos de defensivos agrícolas deve ser analisada primeiro sob a ótica ambiental

Criação de defensivo agrícola genérico retorna ao debate

Requerimento da senadora Serys Shlessarenko defende que o projeto de lei de Heráclito Fortes seja discutido primeiro na Comissão de Meio Ambiente

A CRIAÇÃO DO defensivo agrícola genérico voltará a ser discutida no Senado a partir de fevereiro, quando recomeçam os trabalhos legislativos. O Plenário terá de decidir sobre requerimento (RSF 925/10) da senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) para que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) seja a primeira a se manifestar sobre o projeto (PLS 190/10), inicialmente distribuído apenas para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

A matéria é do senador Heráclito Fortes (DEM-PI), que está encerrando seu mandato nesta legislatura, assim como Serys. Ela propôs o requerimento em novembro passado, quando o texto de Heráclito já estava pronto para ser votado em decisão terminativa na



Heráclito espera que genérico reduza preço ao consumidor

CRA. Preparado pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES), o relatório sugere a aprovação do texto.

Para Serys, como trata de produtos químicos para o campo, o projeto deve ser também analisado sob a ótica ambiental, tarefa da competência da CMA. Os defensivos são utilizados para o controle de pragas em lavouras e pastagens. Já tramita no Congresso

proposição que institui o medicamento genérico para uso veterinário (PLC 3/05), mas nenhuma que mencione os defensivos.

Quando apresentou o projeto, Heráclito disse que a adoção do defensivo genérico incentivaria a concorrência entre os fabricantes e, assim, contribuiria para a redução dos preços dos produtos.

Durante a campanha presidencial, o candidato José Serra (PSDB) chegou a prometer criar os defensivos agrícolas genéricos, assim como foi feito para os remédios durante sua gestão no Ministério da Saúde. Segundo Serra, a existência de defensivos agrícolas barateará os produtos na mesma proporção que teria acontecido para o consumidor final em relação aos remédios.

Projeto isenta equipamentos hospitalares sem similar nacional

Equipamentos hospitalares sem similar nacional poderão ser importados com isenção de diversos tributos. É o que estabelece projeto de lei (PLS 81/09) apresentado pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS) que já recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e agora está em exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votado em decisão terminativa.

O projeto isenta esses equipamentos do pagamento dos impostos de Importação (II) e sobre Produtos Industrializados (IPI), da contribuição para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). A lista desses equipamentos deverá ser feita em conjunto pelos ministérios da Saúde e da Fazenda.

Delcídio argumenta que a renúncia fiscal decorrente da isenção é pequena e será compensada pela melhoria da assistência à saúde da população,



José Cruz/Senado Federal

Delcídio Amaral diz que renúncia fiscal é pequena e compensa

que será beneficiada pelas novas tecnologias utilizadas na medicina.

O relator, senador Papaléo Paes (PSDB-AP), assinala em seu parecer que, ao contrário do que acontece em outros setores, a evolução tecnológica na área da saúde normalmente não diminui custos e que a atenção à saúde encarece de forma contínua, no Brasil e no mundo.

Dada essa realidade, o projeto de lei contribui para ampliar o acesso às novas tecnologias ao reduzir o seu custo mediante pequena renúncia de receita.

Dia Nacional da Bossa Nova relembra os ícones da MPB

Há 53 anos, o baiano João Gilberto gravava a canção *Chega de Saudade*, de Antonio Carlos Jobim e Vinícius de Moraes. Quatro anos mais tarde, a mistura de samba com influências do jazz norte-americano chegava à mais importante casa de espetáculos do mundo, o Carnegie Hall, em Nova York. Era a Bossa Nova garantindo seu lugar na história da música.

Para homenagear um dos movimentos culturais mais importantes da história do país, o Congresso Nacional aprovou, em março de 2009, projeto que resultou na Lei 11.926, de 17 de abril de 2009, instituindo o Dia Nacional da Bossa Nova, celebrado em 25 de janeiro. A data coincide com o aniversário de um de seus principais expoentes, o maestro e compositor Tom Jobim.

Surgida nos bares e apartamentos de Copacabana, a Bossa Nova garantiu à música popular brasileira projeção internacional.

Um de seus maiores clássicos, *Garota de Ipanema*, de Tom e Vinícius, é até hoje uma das canções mais executadas e regravadas em todo o mundo. Também foi marcante no movimento a participação de Carlos Lyra, Ronaldo Bôscoli, Roberto Menescal, Marcos Valle, Dori Caymmi, Edu Lobo, Francis Hime, Johnny Alf, Nara Leão, Baden Powell, entre outros.

Antonio Carlos Jobim, o homenageado, nasceu no Rio de Janeiro em 1927. Encontrou em Vinícius de Moraes, o "poetinha", um de seus parceiros mais constantes, a partir da trilha sonora da peça *Orfeu da Conceição*, de 1956.

Suas composições foram gravadas pelos maiores intérpretes brasileiros. Em 1967, gravou um LP com o norte-americano Frank Sinatra. No piano, Tom Jobim produziu algumas das mais belas obras do cancionário nacional, como *Águas de Março* e *Passarim*.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º Vice-Presidente: *
 2º Vice-Presidente: Serys Shlessarenko
 1º Secretário: Heráclito Fortes
 2º Secretário: João Vicente Claudino
 3º Secretário: Mão Santa
 4º Secretário: Patrícia Saboya
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

*Cargo vago após renúncia de Marconi Perillo

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
 Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editor-chefe: Flávio Faria
 Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
 Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
 Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
 Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
 Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920